

# **Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi\***

Wagner Leal Arienti\*\*

Professor do Departamento de Ciências Econômicas  
da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Felipe Amin Filomeno\*\*\*

Mestre em Economia e Pesquisador do Grupo  
de Pesquisa em Economia Política dos  
Sistemas-Mundo da UFSC

## **Resumo**

*O primeiro objetivo do trabalho é modesto, o segundo é ambicioso. O objetivo modesto é apresentar as principais contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi para a abordagem do moderno sistema mundial. O sistema capitalista mundial como unidade de análise e os conceitos de economia-mundo e sistema interestatal são contribuições de Wallerstein. Fernand Braudel, além da contribuição metodológica da noção de longa duração, enriquece a análise com o esquema tripartido, que permite a articulação diferenciada do capitalismo com a economia de mercado e com as estruturas do cotidiano. O conceito de ciclo sistêmico de acumulação, proposto por Arrighi, permite analisar a história do sistema mundial com diferenças qualitativas ao longo do tempo. Uma tentativa de síntese da abordagem do moderno sistema mundial é apresentada no final do trabalho. Finalmente, o objetivo ambicioso é estimular análises críticas sobre o capitalismo contemporâneo baseadas nessa abordagem.*

---

\* Artigo recebido em dez. 2004 e aceito para publicação em jun. 2006.

\*\* E-mail: warianti@cse.ufsc.br

\*\*\* E-mail: aminfilomeno@hotmail.com

Os autores agradecem a todos que participaram do grupo de estudo do Labor e da disciplina Capitalismo e História, da área de concentração Transformações do Capitalismo Contemporâneo, do Mestrado em Economia da UFSC. A contribuição de todos pode ser percebida ao longo do texto. Os erros e omissões porventura existentes também podem ser percebidos, mas são de responsabilidade dos autores.

## Palavras-chave

**Economia-mundo capitalista; sistema interestatal; ciclo sistêmico de acumulação.**

## Abstract

*The paper has two aims, the first is modest and the other is ambitious. The first objective is to introduce the main contributions of Wallerstein, Braudel and Arrighi in the formation of the World-System Approach as a research program. The notion of world capitalist system as unit of analysis and world-economy and inter-state system as basic elements of world-system are all Wallerstein's contributions (section 2 and 3). The tripartite scheme is a main contribution of Braudel to world system analysis (section 4). Arrighi's proposal to analyse the history of capitalism through the concept of systemic accumulation cycle is also a major contribution, section 5. A summing up of World-System Approach is presented in the section 6. Finally, the ambitious aim is to stimulate both the study of critical theories of development and analysis on contemporary capitalism based on World-System Approach.*

## Key words

**Capitalist world-economy; inter-state system; systemic accumulation cycle.**

**Classificação JEL: B25.**

## 1 Introdução

A proposta deste trabalho é, ao mesmo tempo, modesta e ambiciosa. Modesta, porque tem o objetivo de fazer uma introdução da abordagem do moderno sistema mundial, com a apresentação dos principais elementos metodológicos e teóricos orientadores das análises históricas da mesma. A hipótese do trabalho é que as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi podem ser encadeadas para formar o núcleo duro dessa abordagem, encarada como um programa de pesquisa de teorias e análises críticas ao desenvolvimento do capitalismo. O trabalho não tem a pretensão de fazer um histórico das

proposições dos diversos autores que contribuíram para essa abordagem,<sup>1</sup> nem recapitular a controvérsia com o marxismo ortodoxo,<sup>2</sup> como no debate entre produtivistas e circulacionistas.<sup>3</sup> Acredita-se que a seleção das contribuições desses autores seja um passo inicial para apresentar o potencial de análise dessa abordagem, não somente para análises históricas da formação do sistema capitalista, como as dos autores selecionados, mas também para análises do desenvolvimento contemporâneo. O destaque dado aos conceitos deve-se à proposição de que a abordagem do moderno sistema mundial tem um arcabouço teórico-analítico para explicar tanto a acumulação primitiva e sua apropriação desigual na formação da economia capitalista mundial quanto a acumulação diferenciada do excedente nos ciclos de expansão capitalista, inclusive em sua fase contemporânea. A proposta ambiciosa é que este trabalho incentive a retomada de estudos de teorias críticas do desenvolvimento capitalista e de formulação de análises históricas que lidem com o contemporâneo em uma perspectiva sistêmica e de longa duração. O conhecimento da abordagem do sistema capitalista mundial pode ser um primeiro passo.

Este trabalho vai na contramão do método de apresentação utilizado pelos autores resenhados. O objetivo deles era fazer uma análise da formação e do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. A apresentação deu destaque à análise histórica. O caráter inovador de suas análises estava em ser orientado por novos métodos e conceitos sobre o capitalismo. Por exemplo, para Wallerstein (1979, p. 489), “[...] o teorizar não é uma atividade separada da análise dos dados empíricos. As análises só podem ser feitas em termos de proposições e esquemas teóricos”. Braudel (1995, v. 1, p. 13) é avesso à teorização *a priori* e a seus conceitos orientadores, como o esquema tripartido; para ele, esse “[...] tornou-se o índice de referência de uma obra que eu deliberadamente concebera à margem da teoria, de todas as teorias, exclusivamente sob o signo da observação concreta e da história comparada”. Arrighi (1996, p. 37) considera que segue o método de Philip McMichael de “comparação incorporada”. Os conceitos propostos “não são presumidos, mas construídos, factuais e teoricamente”. Isso ilustra que as análises eram orientadas por novos conceitos, que procuravam reunir consistentemente as evidências

---

<sup>1</sup> Isso implicou fazer exclusões e cometer injustiças, principalmente sobre autores que deram contribuições, primeiro, para a Teoria da Dependência e, posteriormente, para a análise do sistema-mundo. Dentre esses autores, devem ser destacados André Gunder Frank e Rui Mauro Marini. Para um conhecimento das contribuições desses autores, ver Blomstrom e Hettne (1985), Larrain (1989), Kay (1989), Palma (1978) e Santos (2000).

<sup>2</sup> Essa crítica está em Brenner (1977).

<sup>3</sup> Uma discussão dessa controvérsia está em Blomstrom e Hettne (1985, cap. 8).

em uma nova interpretação da história do capitalismo. O método de apresentação era a análise histórica, sendo que os conceitos eram apresentados conjuntamente com a análise e, por vezes, não explicitados. De acordo com o objetivo do presente trabalho, o método utilizado é o de apresentação dos principais conceitos, a partir da contribuição dos autores, sem haver a intenção de reproduzir a análise histórica.

As seções seguintes perseguem o modesto objetivo do trabalho. A seção 2 apresenta a definição do sistema mundial como objeto de estudo da mudança social, como proposto originalmente por Wallerstein. Na seção 3, são apresentados os principais conceitos auxiliares que permitem a análise do funcionamento da economia-mundo capitalista e do sistema interestatal, elementos que compõem o sistema mundial. A contribuição de Braudel é o esquema tripartido da economia, o qual é apresentado na seção 4. O conceito de ciclo sistêmico de acumulação, contribuição de Arrighi, é apresentado na seção 5. Uma tentativa de resumo e síntese da abordagem do sistema capitalista mundial é feita na seção 6.

## 2 A definição do sistema mundial como unidade de análise: a primeira contribuição de Wallerstein

Os conceitos de moderno sistema mundial, economia-mundo capitalista e sistema interestatal surgem no bojo de uma nova abordagem sobre a história do capitalismo, que emergiu em meados dos anos 70 do século XX, com a publicação do artigo seminal **The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis**<sup>4</sup> e do volume **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**, ambos de autoria de Immanuel Wallerstein.<sup>5</sup>

O objetivo declarado era analisar a mudança social em sua totalidade. Essa pretensão implicava definir um sistema social que superasse a dicotomia

---

<sup>4</sup> Republicado em Wallerstein (2000).

<sup>5</sup> Wallerstein (1979) utiliza essas noções na análise histórica da origem do capitalismo europeu, embora apresente-as, rapidamente, em um pequeno capítulo introdutório. Posteriormente, elas foram expostas com maior clareza em Wallerstein (1991), especialmente no Capítulo 10, **The Inventions of Time Space Realities: Towards an Understanding of our Historical System** (p. 135-148), e no Capítulo 17, **Historical System as Complex System** (p. 229-236).

fatores internos e externos na explicação de sua dinâmica. Centro e periferia deveriam ser conceitos dentro de um mesmo sistema. Em uma análise sistêmica, os elementos estão em interdependência, não havendo sentido em considerar elementos autônomos, de um lado, e elementos dependentes, de outro. Essa era uma crítica à Teoria da Dependência que a unidade de análise proposta por Wallerstein (1979) procurou superar.

Na análise de Wallerstein (1979), o foco é a formação histórica do sistema capitalista a partir da expansão do capitalismo europeu no século XVI, com integração de novos territórios como partes de seu sistema. Como primeira contribuição, será vista a definição do sistema-mundo capitalista como unidade de análise; como segunda contribuição, a teoria do desenvolvimento desigual que orienta a análise histórica.

Os sistemas sociais são sistemas históricos complexos. São complexos por consistirem em múltiplas estruturas: cada um deles representa uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais, que, de um lado, têm dinâmica própria e potencial de diferenciação e, de outro, relações entre processos e estruturas que os mantêm unidos. Wallerstein (1979) inova ao propor que o caráter orgânico que permite unidade a esses processos e estruturas é a divisão do trabalho, que, no capitalismo, ultrapassa barreiras locais dadas pelas estruturas culturais e barreiras nacionais dadas pelas estruturas políticas.<sup>6</sup>

Seguindo na caracterização de sua unidade de análise, Wallerstein (1991) define que os sistemas sociais podem ser de dois tipos: **minissistemas** ou **sistemas-mundo**. Os **minissistemas** dizem respeito a economias tribais integradas através da reciprocidade e que envolvem uma única divisão de trabalho efetiva, uma única entidade política e uma única cultura. Para Wallerstein (1991, cap.17), os minissistemas que existiram até agora foram absorvidos pela expansão de sistemas-mundo. Atualmente, portanto, os únicos sistemas sociais possíveis são os sistemas-mundo. Um **sistema-mundo**, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse “mundo”. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas.

---

<sup>6</sup> A tipologia de Wallerstein assemelha-se aos três modos básicos de organização econômica propostos por Karl Polanyi (2000) — recíproco, redistributivo e de mercado —, que correspondem, respectivamente, a minissistemas, impérios-mundo e economias-mundo.

A auto-reprodução material e a larga abrangência espacial fazem esse tipo de sistema social parecer, em si, um “mundo”, no sentido de que é maior do que a jurisdição territorial de um Estado nacional, daí o nome “sistema-mundo”. É um “mundo” no sentido de que tem sua reprodução material viabilizada dentro de seus próprios limites, mas, no início da sua expansão, como no caso do capitalismo, era apenas um fragmento do universo que ocupava uma parte do globo. A relevância da definição do sistema-mundo como unidade de análise está em sua referência para interpretar o capitalismo histórico como um sistema surgido na Europa, a partir do longo século XVI, que expandiu sua organização social do trabalho para as demais regiões geográficas e as integrou em sua economia.

Nesse ponto, apresenta-se, de forma mais clara, a crítica de Wallerstein (1979) às abordagens que utilizam o Estado nacional (ou a economia nacional) como unidade de análise. Como se viu, ele propôs que a unidade de análise utilizada deve abranger toda uma divisão de trabalho. Na história da expansão do capitalismo, os interesses de acumulação organizaram uma divisão mundial do trabalho, superando uma divisão local do trabalho típica das economias de trocas não sistemáticas. O comércio comandado pelo interesse do capital não deve ser visto como comércio internacional unindo economias nacionais autônomas, que soberanamente decidem ter mais ou menos comércio com outras economias nacionais, mas, sim, como comércio mundial que organiza uma divisão mundial do trabalho de acordo com os interesses capitalistas de lucro monopolista e acumulação incessante de capital e que, com essa força unificadora, reúne regiões com política e cultura diferenciadas. Logo, a unidade de análise apropriada para a compreensão das transformações do mundo moderno é o sistema-mundo (o moderno sistema-mundo, como será visto adiante), isto é, um sistema complexo, com múltiplas estruturas, mas com uma unidade orgânica determinada pela divisão de trabalho organizada por interesses capitalistas, e histórico, que ocorreu a partir da modernidade do longo século XVI e que passou por vários ciclos e mudanças qualitativas.

Afirmou-se, acima, que um sistema-mundo pode abranger uma ou mais entidades políticas, podendo transcender suas fronteiras. Nesse sentido, Wallerstein (1991) divide os sistemas-mundo em dois tipos: **impérios-mundo** e **economias-mundo**. Os impérios-mundo envolvem dois ou mais grupos culturalmente distintos, que dependem de um sistema de governo único, vinculado à elite de um centro, que mantém limites geopolíticos específicos, dentro dos quais controla a divisão do trabalho e estabelece a apropriação forçada de excedente, através de uma redistribuição de tributos feita por burocracia e exército extensos.

Uma economia-mundo, ao contrário, é constituída por uma divisão de trabalho integrada através do mercado e não por uma entidade política central. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões cultural e politicamente distintas são interdependentes economicamente. Assim, há uma unidade econômica dada pela divisão do trabalho, por isso uma economia-mundo, e não há uma unidade política central, por isso não é um império-mundo e sim um sistema interestatal, como se verá adiante.

As economias-mundo, segundo a análise de Wallerstein (1979), tendiam, historicamente, a ser dominadas por uma única unidade política e a ser incorporadas em impérios-mundo. A economia-mundo capitalista, no entanto, apresentou-se como uma força superior a essa tendência. “Os impérios políticos são meios primitivos de dominação econômica.” (Wallerstein, 1979, p. 3). “O que faz o capitalismo é oferecer uma fonte alternativa e mais lucrativa de apropriação do excedente (ao menos mais lucrativa no longo prazo).” (Wallerstein, 1979, p. 25). Estão aí postos novos conceitos para Wallerstein fazer sua análise histórica da mudança social no capitalismo. O moderno sistema-mundo é, por definição do autor, uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados nacionais, que, juntos, formam o sistema interestatal.

### **3 A economia-mundo capitalista e o sistema interestatal: a segunda contribuição de Wallerstein**

Como colocado acima, o capitalismo expandiu-se territorialmente para integrar novas áreas sob seu domínio. Essa expansão realizou-se por meio de capitais respaldados pelos Estados nacionais. Paralelamente à formação da economia-mundo capitalista, havia também a manutenção e o acirramento da rivalidade entre os Estados nacionais, não mais movidos apenas pela pilhagem ou pela conquista territorial para arrecadação de tributos, como era esperado na expansão de um império, mas para apoiar os seus capitais, organizar uma divisão do trabalho mais ampla, garantir condições de monopólio para seus capitais e, com isso, gerar maiores rendas e arrecadar tributos. A economia-mundo capitalista e o sistema interestatal formaram o moderno sistema mundial. Os conceitos que enriquecem a análise da formação histórica das duas faces do sistema mundial serão vistos nas próximas subseções.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Essas subseções seguem os conceitos destacados por Goldfrank (2000).

### 3.1 A economia-mundo capitalista

O caráter que dá unidade à economia-mundo é, como visto acima, a divisão mundial do trabalho. Tem-se, assim, uma noção de divisão social do trabalho que se importa não apenas com seu caráter funcional, mas também com sua dimensão espacial. Essa extensão da análise aplica-se, inclusive, à distribuição regional do produto que é gerado por essa divisão do trabalho. A teoria marxista explica a distribuição desigual do produto do trabalho entre classes sociais. A abordagem do moderno sistema mundial capitalista estende essa preocupação da divisão do produto para a distribuição desigual entre as regiões que participam da produção mundial. Há, assim, na produção e na distribuição do excedente do sistema-mundo capitalista, desigualdades sociais e regionais que se entrecruzam. Paralelamente à divisão social do trabalho, há também uma divisão mundial do trabalho, com assimetrias na distribuição do excedente e, por isso, definindo uma divisão axial do trabalho com capitais, concentrados espacialmente em regiões, conceituadas como centrais, como se verá a seguir, e apoiados por Estados nacionais, que absorvem o excedente não só gerado pelos seus trabalhadores, como na explicação marxista, mas também parcela do excedente gerado pelos trabalhadores concentrados em outras regiões, conceituadas como periféricas.

Novos conceitos são necessários para dar mais conteúdo para a divisão social e axial do trabalho que domina a economia-mundo capitalista, os quais são apresentados a seguir.

#### As cadeias de mercadorias

Geralmente, estão relacionadas ao comércio de longa distância, que engloba várias regiões e perpassa fronteiras de territórios de Estados nacionais. São cadeias produtivas e comerciais que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de suas matérias-primas — em geral, feita nas regiões de periferia — até sua transformação em produtos de alto valor agregado, normalmente realizada no centro (a estrutura centro-periferia será apresentada a seguir).

Uma cadeia mercantil engloba as diversas etapas dos processos produtivo e comercial necessárias para a colocação de um produto final no mercado. O valor de uma dada mercadoria é gerado pelo trabalho realizado nos diversos elos da cadeia, como esperado em qualquer teoria do valor trabalho. A novidade da análise está em considerar que a distribuição do valor não é feita de forma equitativa com o valor trabalho gerado em cada elo. Alguns capitalistas que



controlam determinada etapa do processo produtivo e comercial recorrem a meios diversos para absorver o valor gerado em outros segmentos. A situação de monopólio em algum segmento da cadeia de mercadorias é um modo tradicional de obter uma proporção mais larga do valor. Esse monopólio pode ocorrer por causa de alguma vantagem tecnológica ou organizacional, tal como formulado por Schumpeter (1982), ou graças a alguma restrição politicamente forçada da concorrência.

O que se costuma chamar de mercantilismo, para Wallerstein (1979) foi o resultado da ação de capitalistas locais que usaram estruturas estatais para organizar o comércio de longa distância e, como corolário, formar uma divisão do trabalho entre várias regiões da economia-mundo capitalista em expansão. Isso envolvia integrar novas regiões produtoras e consumidoras às cadeias mercantis por eles lideradas, de modo a absorver grande parte do excedente gerado nessa cadeia. Para ter essa liderança, era necessário minar rivais economicamente mais fortes, situados em outros Estados e que poderiam ser concorrentes. Era necessário estabelecer monopólios para garantir lucros extraordinários, e, para isso, contaram com o apoio dos seus Estados nacionais. Em geral, os Estados nacionais, em busca de maior poder frente a seus cidadãos e a outros Estados, procuraram garantir, para suas burguesias locais, o controle sobre as etapas mais rentáveis das cadeias de mercadorias (o que se relaciona, especialmente, com os conceitos de hegemonia e imperialismo expostos a seguir).

## **A relação centro-periferia**

Baseia-se numa divisão axial do trabalho entre as várias regiões da economia-mundo capitalista, onde são desenvolvidas as etapas das cadeias mercantis. Essa divisão do trabalho entre regiões é manipulada pelos Estados nacionais mais fortes, de modo a garantir aos seus capitalistas locais o controle sobre as etapas dos processos produtivo e comercial que proporcionam a maior absorção do excedente gerado em uma cadeia mercantil. Essa assimetria no controle das atividades produtivas e comerciais entre burguesias nacionais é continuamente reproduzida, na medida em que passa a operar uma força centrípeta de concentração do excedente nas mãos da burguesia do centro, através de mecanismos de troca desigual (explicados adiante), que tende a dar continuidade à diferenciação entre as regiões. Vista dessa forma, a distribuição do excedente gerado numa cadeia mercantil é determinada não apenas pela distribuição desigual de vantagens econômicas (isto é, dotação desigual de fatores, diferenças tecnológicas e organizacionais, como normalmente é tratado na teoria de comércio internacional), mas, principalmente, pela relação de forças em que se confrontam

as burguesias nacionais e seus respectivos Estados. O conceito centro-periferia explica a transferência de excedente gerado pela produção de determinadas atividades para outras atividades que fazem parte da cadeia mercantil e estão concentrados em uma dada região. Os capitais utilizam vários expedientes monopolistas, sejam econômicos e/ou políticos, como o apoio de seu Estado nacional, para garantir a absorção da maior parte do valor gerado na cadeia mercantil.

Centro e periferia devem ser vistos mais como conceitos da economia-mundo capitalista do que como regiões geográficas, isto é, só têm significado em uma análise sistêmica. Como um processo da economia-mundo capitalista, a divisão mundial do trabalho e a distribuição desigual do excedente geram atividades centrais e periféricas conforme a capacidade de a aliança capital e Estado absorver excedentes dos vários elos das cadeias mercantis, por meios econômicos e extra-econômicos. Historicamente, capitalistas e Estados organizam o processo de produção mundial entre várias regiões geográficas, de forma que haja uma concentração de atividades monopolistas em determinadas regiões, tornando-as regiões centrais (que podem coincidir com territórios de Estados nacionais), e atividades sem condições de escapar da concorrência de seus competidores e da troca desigual dos monopolistas em outras regiões, tornando-as regiões periféricas (da mesma forma, podendo coincidir com territórios nacionais ou mesmo continentais).<sup>8</sup>

## A semiperiferia

A relação centro-periferia não é dicotômica; expressa, sim, um processo contínuo de atividades em elos da cadeia de mercadorias, que, conforme os mecanismos econômicos e políticos disponíveis, são capazes de absorver (ou de transferir) valor das (ou para) atividades dos demais elos. Regiões que participam das cadeias mundiais de mercadorias podem ter, simultânea e paralelamente, atividades centrais e periféricas, ou atividades que absorvem valor de atividades periféricas, de um lado, e transferem valor para atividades centrais, de outro. Amplia-se, assim, a classificação que se pode fazer de zonas geográficas da produção mundial, como os territórios dos Estados nacionais,

---

<sup>8</sup> Para uma boa descrição da evolução e da diferenciação da noção de periferia, como proposto por Prebisch, e sua nova conceituação na abordagem do sistema mundial, ver Wallerstein (1987).

que podem ser classificadas, nesse *continuum*, como zonas centrais, semiperiféricas e periféricas.<sup>9</sup>

## A troca desigual

Diz respeito aos mecanismos da divisão de trabalho entre centro e periferia, que resultam na transferência sistemática de excedente de atividades produtivas periféricas para atividades centrais, gerando uma distribuição desigual do valor da produção mundial, o que provoca, por sua vez, uma diferenciação entre as unidades do sistema interestatal, na medida em que Estados nacionais se beneficiam do maior excedente apropriado por suas burguesias locais, ao concentrarem atividades centrais no seu território nacional.

Mecanismos econômicos e extra-econômicos são utilizados pelas burguesias e por seus Estados nacionais para distorcer o mercado a seu favor, através da manutenção de relações monopolistas. O capitalismo tem-se utilizado de vários meios para transferir excedente gerado na atividade periférica, onde prevalece uma taxa de lucro baixa, para os capitais monopolistas, onde prevalece uma taxa de lucro extraordinária dada pela troca desigual. Isso significa que os capitalistas utilizam o mercado para fazer a circulação de mercadorias, mas evitam que o mesmo os leve a uma concorrência e a uma troca pelo valor correspondente ao gerado exclusivamente pela sua participação produtiva na cadeia mercantil. Eles utilizam o mercado para fazer a troca desigual e para absorver o excedente gerado pelo trabalho em outros elos da cadeia de produção de mercadorias. Para que a troca desigual não seja esporádica, como pode acontecer no mercado, os capitalistas têm que garantir seu monopólio de forma mais protegida e duradoura em alianças com o Estado. Por isso, Arrighi (1996, p. 25) coloca que, para desvendar os segredos do capitalismo histórico, é preciso entender não apenas o que se passa na esfera ruidosa e transparente da “economia de mercado”, mas também no “domicílio oculto”, onde o dono do dinheiro, isto é, o capitalista, se encontra com o dono do poder político.

---

<sup>9</sup> Arrighi (1997) fez uma análise, classificando Estados nacionais nas categorias centro, semiperiferia e periferia. O interessante de sua análise está em mostrar como, em termos individuais, Estados-nação podem mudar de classificação, se, nas várias cadeias de mercadorias em que participam, concentrarem mais atividades centrais do que periféricas e, com esse movimento, se deslocarem, ao longo do tempo, de periferia para semiperiferia e para o centro. O estudo também mostra que esses deslocamentos individuais são raros e que há persistente *gap* separando essas categorias ao longo do período 1938-83.

## A acumulação de capital

É o conceito marxista de utilização do excedente, que está na forma monetária, em capital, para voltar ao início do processo de geração de valor e mais-valia de forma ampliada. A dinâmica do capitalismo está baseada, como é tradicionalmente colocado pela análise marxista, na incessante acumulação de capital. Cabe mencionar que os autores da análise do sistema-mundo, como Wallerstein e Arrighi, utilizam mais o termo “excedente” do que “mais-valia”. Muito mais do que uma preferência semântica, está a opção em destacar que o excedente, que é trabalho não pago ao trabalhador, é centralizado pelos capitalistas não apenas na relação capital-trabalho direta na produção tipicamente capitalista, o que seria a mais-valia, mas de várias formas e por vários meios pelos capitalistas, o que inclui a troca desigual.

Na análise do moderno sistema mundial, o conceito de acumulação de capital é fundamental para dar o caráter capitalista à economia-mundo que estava em formação a partir do século XVI, mas que ainda não se baseava predominantemente na relação social de produção capitalista. Como colocado acima, a acumulação de capital é considerada na sua forma mais geral e não especializada, isto é,  $D - D'$ , como um valor procurando a sua multiplicação.

Como um processo que ocorre em escala mundial, a acumulação de capital deve ser entendida conjuntamente com a divisão desigual do excedente entre centro e periferia. Envolve a apropriação do excedente extraído dos trabalhadores e dos produtores diretos do centro e da periferia, mas há também uma transferência de excedente da periferia para o centro, o que implica, historicamente, uma acumulação de capital mais concentrada no centro do que na periferia, de um lado, e uma maior exploração dos trabalhadores da periferia em relação aos trabalhadores do centro, de outro. Isso permite entender a possibilidade de desenvolvimento desigual, porém combinado, entre centro e periferia. Permite também entender não somente conflitos competitivos entre classes, como previsto na teoria marxista, mas também entre regiões e entre Estados-nação, como proposto nessa visão de economia-mundo capitalista.

## 3.2 O sistema interestatal

Como colocado acima, o moderno sistema mundial é formado por uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplas entidades políticas, formadas, principalmente, por Estados nacionais juridicamente soberanos. O sistema interestatal indica que não há nenhum Estado nacional com poder para fazer uma centralização política e estabelecer um império-mundo. Todavia cabe

um importante papel para os Estados nacionais, em aliança com os capitais baseados em seu território, ao interferirem na divisão axial do trabalho da economia-mundo capitalista, com o intuito de trazerem atividades centrais para o seu domínio. Com uma concentração maior do excedente mundial em suas fronteiras, o Estado nacional pode garantir a reprodução de sua burocracia e de seus interesses políticos com a tributação sobre parte do excedente internalizado.

O sistema de Estados nacionais que atuam na economia-mundo capitalista também tem forças assimétricas, que permitem que Estados nacionais individuais utilizem mecanismos políticos, diplomáticos e militares para concentrarem atividades centrais captadoras da maior parte do excedente da produção mundial para seus territórios. Estados com força para concentrar atividades centrais em seu território são também Estados com força no balanço de poder do sistema interestatal e com influência na organização da economia mundial. As políticas estatais podem, portanto, afetar a relação centro-periferia da economia-mundo, mas a capacidade de um Estado individual está restringida pelo balanço de forças do sistema interestatal, em que, historicamente, há momentos de hegemonia de um Estado central e, em outros, rivalidade e disputa entre eles (Wallerstein, 1987, p. 554).

O sistema interestatal também precisa de conceitos adicionais para melhor explicar seu funcionamento.

## O imperialismo

Refere-se à dominação de regiões periféricas, onde as estruturas estatais são fracas ou inexistentes (Estados, colônias ou áreas externas), por parte de Estados centrais mais fortes. Decorre disso que, embora Estado nacional se refira comumente a jurisdições politicamente independentes, há uma diferença entre a soberania *de facto* (real, limitada e relativa) e a soberania *de jure* (teórica) de um determinado Estado. Imperialismo abrange os vários meios econômicos, políticos e militares nas relações interestatais que promovem a transferência de excedente para as regiões centrais.

## A hegemonia

Para Wallerstein (1984, p. 38-39, apud Arrighi; Silver, 2001),

[...] a hegemonia no sistema interestatal refere-se à situação em que a rivalidade permanente entre as chamadas grandes potências é tão desequilibrada, que uma potência é realmente *primus inter pares*, ou seja, uma potência pode impor suas regras e desejos [...] nas arenas econômica, política, militar, diplomática e até cultural.

Como esperado, na utilização do conceito gramsciano de hegemonia para a relação interestatal, a hegemonia de um Estado nacional deve garantir uma relação assimétrica entre centro e periferia, de tal forma que, de um lado, não haja contestações violentas nem por parte dos rivais do centro, nem pelos Estados periféricos e, de outro, que haja uma perspectiva, real ou ilusória, de melhoria por parte dos seus membros dentro da organização vigente do sistema.

Nas análises históricas feitas por Wallerstein (1979) e, principalmente, por Arrighi (1996), as hegemonias têm uma dimensão temporal restrita. Seu surgimento é tipicamente precedido por guerras mundiais, e seu declínio está geralmente associado ao aumento da luta de classes no seu interior, à difusão de suas vantagens técnicas e, por fim, ao aumento da rivalidade entre as potências nacionais centrais e a uma disputa pela hegemonia. Há, historicamente, um processo cíclico de transição de hegemonias.

## A luta de classes

É o conflito entre as classes sociais, tradicionalmente “trabalhadores” e “capitalistas”, decorrente da oposição de interesses econômicos e políticos. É considerada pelo marxismo a principal força motriz da história e encarada, na abordagem do sistema-mundo, como um processo que ocorre em escala global, abrangendo toda a economia-mundo e atravessando os limites dos Estados nacionais. A noção de economia-mundo capitalista abre espaço para uma interpretação mais ampla da luta de classes, não só ao considerá-la em escala mundial, mas ampliando-a para além de conflitos entre capitalistas e trabalhadores assalariados dentro de uma jurisdição política, como o Estado nacional. Por exemplo, a idéia de que, numa cadeia mercantil, as partes mais rentáveis do processo produtivo e comercial se concentram nas mãos de uma burguesia estrangeira, vinculada ao centro, coloca o capitalista da periferia numa situação de dualidade e o trabalhador em uma situação de superexploração<sup>10</sup>. O capitalista em atividade periférica e integrado ao sistema mundial é, ao mesmo tempo, explorador e explorado, na medida em que parte do excedente que ele extrai de seus trabalhadores é transferida aos capitalistas do centro. Para garantir uma taxa de lucro compatível com a sua sobrevivência no sistema, deve recorrer à superexploração dos seus trabalhadores, mesmo quando estão em uma relação de produção tipicamente capitalista.

---

<sup>10</sup> A superexploração é um conceito formulado por Marini (2000), que pode ser aplicado apropriadamente na abordagem do sistema mundial, apesar de Wallerstein, Braudel e Arrighi não utilizarem esse conceito explicitamente.

## 4 O esquema tripartido do sistema capitalista: a contribuição de Braudel

A abordagem do moderno sistema mundial incorpora o método da longa duração proposto por Braudel (1958) como referência para suas análises que tinham não só hipóteses inovadoras de interpretação histórica, mas, sobretudo, pretensões globalizantes e estruturantes no sentido de articular determinações de várias estruturas na explicação da história do sistema.<sup>11</sup> Cada estrutura tem seu próprio tempo e, se se considerar que o sistema é complexo, devem-se respeitar as continuidades de estruturas em meio a mudanças de outras estruturas. Nesse sentido, a longa duração é a dimensão temporal adequada para análises da mudança em sistemas históricos complexos. Se os autores da abordagem conseguem aplicar com êxito tal método, isso é uma questão em aberto, mas o método da longa duração é uma referência.

Fernand Braudel, um historiador já famoso pelas inovações da Escola dos Annales e pelo método da longa duração, deu uma contribuição à abordagem, ao incluir o conceito de economia-mundo, como proposto por Wallerstein, na análise do terceiro volume de **Civilização Material, Economia e Capitalismo** (Braudel, 1995). Sua contribuição conceitual, à qual se dará mais destaque mais adiante, está na forma de sintetizar o caráter heterogêneo do capitalismo histórico, ao propor analisar as diferenças regionais com um esquema tripartido. Braudel (1985) divide a vida econômica, no capitalismo, em três conjuntos de atividades, em três “andares”. A camada inferior dessa estrutura tripartida é denominada “vida material” e se refere às atividades cotidianas, rotineiras, habituais e inconscientes, em que a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso, não pelo seu valor de troca. O andar subsequente é chamado de “economia de mercado” e diz respeito à vida econômica em si, às trocas rotineiras (e não apenas às trocas esporádicas), à produção para o mercado (e não simplesmente à troca de excedente do auto-consumo) e à relação entre pessoas e coisas baseada no valor de troca. Braudel (1985) distingue dois níveis da “economia de mercado”: um inferior, composto por mercados, lojas e vendedores

---

<sup>11</sup> Fernand Braudel, historiador com contribuições para a Escola dos Annales, propôs o método da longa duração para analisar as descontinuidades e as descontinuidades que fazem a mudança lenta das estruturas sociais. Wallerstein (1979), de forma não revelada, e Arrighi (1996), de forma explícita e elogiosa, utilizam o método da longa duração em suas interpretações da mudança social no capitalismo histórico. Para uma rápida e boa análise da Escola dos Annales e do papel de Braudel como historiador dessa escola, ver Burke (1997), Reis (2000) e coletânea de artigos em Lopes (2003). Sobre o método de longa duração, ver Rojas (2001).

ambulantes; e um superior, formado por feiras e bolsas, onde o volume transacionado e a complexidade institucional são maiores. Esse andar é marcado pela transparência das trocas e pela concorrência entre os agentes.

Entretanto, há processos no sistema capitalista que não cabem incluir na “economia de mercado”, pois se baseiam numa forma específica de conduzir os jogos da troca, em que mecanismos de mercado e extramercado são utilizados para obter a maior parte do excedente. Esses processos e essa forma de conduzi-los dizem respeito à camada superior da estrutura tripartida, ocupada pelo que Braudel (1995) chamou, especificamente, de capitalismo. Constitui uma esfera de circulação diferenciada, que fica no topo da hierarquia das trocas. É onde se encontram as trocas desiguais, em que a concorrência (característica essencial da “economia de mercado”) tem um reduzido lugar. Nesse sentido, Braudel (1985) distingue dois tipos de troca:

[...] uma troca terra-a-terra, concorrencial, pela sua transparência; outra, superior, sofisticada, dominante. Não são os mesmos mecanismos, nem os mesmos agentes, que regem estes dois tipos de atividade, e, aliás, não é o primeiro, mas, sim, o segundo que constitui a esfera do capitalismo (Braudel, 1985, p. 67).

Nesse momento, cabe apresentar a crítica de Caillé (1989) a Braudel (1995), pois permite uma melhor compreensão do esquema tripartido. Não se deve entender a “economia de mercado” braudeliana como experiência histórica do modelo de circulação simples de mercadoria de Marx, na fórmula  $M - D - M$ . Em termos conceituais, a referência é a fórmula  $D - M - D'$  de Marx tanto para a “economia de mercado” quanto para o “capitalismo” de Braudel (1995). Caillé (1989) faz uma crítica e uma interpretação de Braudel (1995), exigindo dirimir ambigüidades que a retórica braudeliana por vezes permite. Nessa interpretação, o esquema tripartido de Braudel refere-se ao capitalismo histórico e pode ser útil para analisar a formação e o desenvolvimento do capitalismo. As esferas de “economia de mercado” e “capitalismo” são estruturas de uma economia onde a produção é predominantemente de mercadorias, a troca nos mercados é sistemática, e o trabalho também é predominantemente assalariado; trata-se, portanto, do modo de produção capitalista.

[...] se o “pequeno produtor” realmente se submete à contabilização de *inputs* ou *outputs*, é porque ele já está sistematicamente orientado para o mercado, do qual depende para a sobrevivência ou o qual conta tornar local de seu enriquecimento. Nesses casos, a fórmula  $M - D - M$  torna-se inadequada para ele. Não a simples mercadoria, mas realmente o dinheiro que está na origem do processo e que constitui sua finalidade no mínimo imediata. Grande ou pequeno, dir-se-ia que ele já se tornou capitalista, mesmo que ainda continue sendo para si mesmo seu único assalariado? Isso não é conceitualmente insustentável. Mas há uma repugnância em



colocar-se debaixo do mesmo rótulo de capitalista o artesãozinho de aldeia e o grande capitalista de indústria. Aliás, é essa repugnância que confere à distinção braudeliana do mercado e do capital o mais claro de sua afirmativa categórica. (Caillé, 1989, p. 127).

Caillé orienta a leitura de Braudel (1985) para a análise histórica do modo de produção capitalista e não apenas para uma leitura da história da relação entre estruturas capitalistas e pré-capitalistas, embora esta última modalidade possa ser utilizada para interpretar períodos de afirmação e expansão do capitalismo como sistema histórico, como no caso da relação entre o capitalismo comercial e a escravidão. A orientação de Caillé é que a contribuição do esquema tripartido enriquece a análise principalmente do sistema capitalista em seus períodos de ampliação e difusão da relação social capitalista, como no período contemporâneo. Acatada essa orientação, a leitura de Braudel (1985) pode ficar mais rica, ao se procurar a explicação para o caráter diferenciador do capitalismo, no sentido marxiano de modo de produção, nas relações em que as estratégias da esfera capitalista dominam as demais esferas da economia de mercado e da vida material, no sentido braudeliano. Na análise do capitalismo histórico, o interesse é explicar as diferentes estruturas que o modo de produção capitalista produz ao longo de sua formação, de sua consolidação e do seu desenvolvimento histórico. Como a preocupação é explicar o capitalismo histórico e seu desenvolvimento diferenciado nas várias regiões, as relações entre as estruturas da vida material, da “economia de mercado” e do capitalismo permitem conceituar as diferenças espaciais e históricas do capitalismo como modo de produção.

Na explicação do desenvolvimento desigual do capitalismo histórico, Braudel insiste no caráter diferenciador da estrutura superior do capitalismo. Afinal, considerar o artesãozinho que produz para o mercado e o grande capitalista da indústria como igualmente capitalistas impediria de perceber seus diferentes potenciais de acumulação e suas diferenças efetivas. Na busca dessa diferenciação, Braudel (1995) identifica o capital pela sua dinâmica de acumulação e não pela sua forma concreta. Assim, ele identificou o grande capital pela sua flexibilidade, por suas várias especializações e pelas múltiplas formas de acumular e expandir.

Permitam-me identificar aquilo que me parece ser um aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de adaptação. Se há, segundo creio, uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII até o Ocidente dos dias atuais, é aí, acima de tudo, que essa unidade deve ser situada e observada. (Braudel apud Arrighi, 1996, p. 4).

A flexibilidade e a mobilidade levaram o capital a assumir especializações em determinados períodos, dada a possibilidade de auferir lucros extraordinários na atividade. Mas Braudel sempre ressaltou que a especialização na forma

industrial não foi “[...] o desabrochamento final, que teria dado ao capitalismo sua ‘verdadeira’ identidade” (Braudel apud Arrighi, 1996, p. 4), mas uma de suas múltiplas formas, que, por sua vez, se apresentou de forma concentrada no período imediato pós-revolução industrial. O capital industrial permite a geração de mais-valia relativa, mas pode-se questionar se consegue reter esse excedente, se estiver em condições de concorrência e outros capitais estiverem em condições monopolistas. Braudel percebeu que capitalismo e “economia de mercado” tiveram várias relações e formas ao longo da história do capitalismo histórico.

O erro seria imaginar o capitalismo como um desenvolvimento por fases em saltos sucessivos: capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo financeiro. [...] O leque mercantil, industrial, bancário, isto é, a coexistência de várias formas de capitalismo, abre-se já em Florença no século XIII, em Amsterdam no século XVII, em Londres já antes do século XVIII. No princípio do século XIX, o maquinismo decerto fez da produção industrial um setor de grande lucro, e o capitalismo aderiu, portanto, maciçamente. Mas não ficará estacionado aí [...]. Por outro lado, a despeito de tudo o que se tem dito do capitalismo liberal e concorrencial dos séculos XIX e XX, o monopólio não perdeu seus direitos. Simplesmente assumiu outras formas, toda uma série de outras formas, desde os *trusts* e as *holdings* até as famosas multinacionais americanas, que, durante os anos 60, triplicaram o número de filiais no estrangeiro. (Braudel, 1995, v. 3, p. 577).

Não só na diferenciação entre capitalismo e “economia de mercado”, mas nas relações entre essas duas esferas, é que Braudel (1995) esteve interessado, principalmente no Volume 3 de **Civilização Material, Economia e Capitalismo**. Essa camada superior é a força organizadora e dinâmica do sistema, que prospera, manipula e extrai excedentes dos andares inferiores:

[...] acima e não abaixo da vasta superfície dos mercados, ergueram-se hierarquias sociais ativas: falseiam a troca em proveito próprio, fazem vacilar a ordem estabelecida; voluntária e até involuntariamente, criam anomalias, turbulências [...]. Foi assim que grupos de atores privilegiados entraram em circuitos e cálculos que a maioria das pessoas ignora (Braudel, 1995, p. 12).

Na esfera capitalista, a concorrência é contornada através de instrumentos econômicos, quando é possível impor o monopólio pelas próprias forças de mercado, e não econômicos (o monopólio legal, o privilégio, a coerção militar, a diplomacia), colocados normalmente, pelo Estado, à disposição do capitalista. “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.” (Braudel, 1985, p. 70). O capitalismo é, nesse sentido, o **contra-mercado**, onde o monopólio — e todo esforço para prolongar essa situação temporária — e a troca desigual são possibilitados pelo amparo do Estado e permitem aos

capitalistas auferirem o lucro extraordinário que buscam incessantemente. A troca pelo valor é típica da esfera da “economia de mercado” braudeliana, onde a concorrência uniformiza e reduz a taxa de lucro. Para uma análise do capitalismo histórico, torna-se necessário incorporar conceitos que iluminem as diferenças nas estruturas concretas do capitalismo.

A aliança entre capital e Estado permitiu que o monopólio e os lucros extraordinários não fossem uma condição esporádica ou temporária, como inúmeras vezes ocorre na esfera das “economias de mercado”. Essa aliança se consolidou, primeiramente, na Europa e em várias experiências de Estados nacionais na rivalidade européia. A esfera superior do capitalismo, com a aliança capital e Estado que se realizou na Europa, a partir do século XVI, transformou-se no “monstruoso modelador da história mundial” (Braudel apud Arrighi, 1996, p. 11). Braudel (1995) escreveu o terceiro volume de **Civilização Material, Economia e Capitalismo** sob influência da proposição de Wallerstein para a economia-mundo, como ele próprio reconhece.<sup>12</sup> Mas sua análise histórica manteve-se atenta às relações entre as três camadas da economia capitalista. Sua contribuição à abordagem do sistema mundial está em analisar a expansão do sistema capitalista tanto em um movimento de expansão horizontal de conquistas de novos territórios e mercados e de colocá-los sob domínio da camada capitalista quanto em um movimento de integração vertical, ao dominar os demais andares da vida econômica, mas com diferenças na articulação entre eles, o que permite a diferença regional e o caráter heterogêneo do capitalismo histórico.

## 5 Os ciclos sistêmicos de acumulação: a contribuição de Arrighi

Arrighi, assim como Wallerstein e Braudel, estava interessado em apresentar uma descrição e uma interpretação das estruturas de longa duração do capitalismo histórico. Contudo, ao realizar estudos nesse sentido, percebeu que o processo de formação e expansão do capitalismo histórico não se deu por uma trajetória linear dentro de estruturas imutáveis e relações permanentes. Há uma dinâmica com continuidades de estruturas e de relações — daí a longa duração — e

---

<sup>12</sup> “As considerações que se seguem neste capítulo (Cap.: ‘As divisões do espaço e do tempo na Europa’, seção: Espaço e economias: as economias-mundos) vão de encontro às teses de I. Wallerstein (1979), embora nem sempre eu esteja de acordo com ele.” (Braudel, 1995, v. 3, cap. 1, p. 589, nota 5).

descontinuidades com inovações nas estruturas e com novas relações entre elas — daí a mudança. Ao longo da história do capitalismo, houve mudanças sistêmicas, caracterizadas por processos de reorganização radical do moderno sistema-mundo, que alteraram substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros e o modo como o sistema funciona e se reproduz (Arrighi; Silver, 2001, p. 30).

No entanto, uma característica essencial do capitalismo permaneceu nas mudanças, que, por isso, foram analisadas como mudanças cíclicas. Para Braudel e Arrighi, o capital tem flexibilidade ilimitada, com ampla capacidade de mudança e de adaptação. A dinâmica cíclica do capitalismo histórico, embora se apresente, a cada época, sob formas concretas aparentemente mais complexas ou sofisticadas, em diferentes tempos e lugares, possui uma lógica subjacente e repete essencialmente as mesmas contradições sistêmicas do capitalismo, que são resolvidas apenas temporal e parcialmente. Essa interação entre os aspectos essenciais do capitalismo histórico, que se reproduzem, e suas formas concretas, que se transformam, é comentada por Arrighi da seguinte forma:

[...] os ciclos sistêmicos de acumulação [...] apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos (Arrighi, 1996, p. 8).

Na proposição de Arrighi (1996), a expansão do moderno sistema-mundo até suas dimensões atuais deve ser compreendida através de uma série de reorganizações fundamentais que o colocaram em diferentes etapas de desenvolvimento. Foi ao procurar as semelhanças e as diferenças entre cada uma dessas etapas, seguindo a abordagem do sistema mundial e a perspectiva da longa duração (considerada por ele o único arcabouço temporal adequado para seu trabalho), que Arrighi (1996) percebeu que, em cada uma delas, um determinado bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais, ou, como colocado anteriormente, uma dada aliança capital e Estado, era hegemônico no sistema-mundo. Esse bloco exercia sua hegemonia através de inovações nas estruturas existentes e de novas estratégias de combinação de estruturas, mediante as quais promoviam, organizavam e regulavam a expansão da economia-mundo capitalista. Arrighi (1996) denominou esse conjunto específico de inovações e estratégias que conquistaram a liderança do sistema-mundo “regime de acumulação em escala mundial” e percebeu que cada um desses regimes apresentava um comportamento cíclico.

Esse autor procurou compreender os processos de mudança sistêmica, com reorganização radical do sistema-mundo, como **transições hegemônicas**, definidas como momentos de mudança no agente principal dos processos

mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas em que tais processos estão baseados. Para interpretar essa trajetória histórica, Arrighi (1996) propôs o conceito de **ciclos sistêmicos de acumulação**: ciclos de ascensão e queda de hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhes são subjacentes, intervalados por períodos de transições sistêmicas. Trata-se, portanto, de um novo conceito proposto na abordagem para analisar a dinâmica e a mudança de dinâmica da economia-mundo capitalista e da hegemonia no sistema interestatal.

Em cada estágio do capitalismo histórico, um determinado Estado hegemônico e os agentes capitalistas a ele relacionados (“complexos particulares de órgãos governamentais e empresariais” ou aliança capital e Estado) estão na liderança do “andar superior” da economia. O Estado hegemônico lidera o sistema interestatal, e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo. Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, de concentração do excedente em novas atividades centrais, de constituição de novos centros e novas periferias e de nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista.

Arrighi (1996, p. 10) coloca que o principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos de acumulação é descrever e elucidar a formação, a consolidação e a desintegração desses sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu desde o “longo” século XVI até a atualidade. Os ciclos apresentam caráter “sistêmico”, pois dizem respeito a um modo de desenvolvimento do moderno sistema-mundo em um determinado período. Isso significa, seguindo a definição de moderno sistema-mundo, que abarca tanto os processos de transição e consolidação de hegemonias de um Estado nacional sobre o sistema interestatal quanto as transformações de larga escala nos processos de acumulação de capital ocorridas na economia-mundo capitalista.

O conceito de ciclos sistêmicos de acumulação orienta a descrição da ascensão e queda das hegemonias e dos regimes de acumulação. Orienta também a análise da alternância entre fases de expansão material e expansão financeira dentro de um mesmo ciclo. Para Arrighi (1996), o conceito de ciclo sistêmico de acumulação é superior ao ciclo de Kondratieff na explicação da dinâmica do sistema mundial capitalista. Os ciclos de Kondratieff são constatações empíricas, que expressam a alternância de períodos mais refreados e mais intensos da competição intercapitalista, mas nada relacionam com o regime de acumulação organizado pela potência estatal hegemônica para orientar o sistema mundial.

Cada ciclo sistêmico de acumulação constitui-se de uma fase inicial, de expansão material, seguida de uma fase final, de expansão financeira. Nas fases de expansão material, os capitalistas usam seu capital monetário para mover uma crescente massa de produtos (o que inclui força de trabalho e outros fatores de produção transformados em mercadoria), esperando, através da posterior comercialização dos produtos finais (realização da mais-valia), ampliar ainda mais a liquidez de que dispunham quando converteram seu capital monetário em mercadorias, antes de iniciar propriamente a produção e o comércio. Nessa fase, a introdução de inovações no processo de acumulação e no sistema interestatal pelos novos agentes hegemônicos faz com que as atividades produtivas e comerciais proporcionem, em relação às demais atividades econômicas, maior lucratividade, ou seja, apresentem maior potencial enquanto meios para a valorização do capital. O investimento produtivo é o meio capaz de garantir aos capitalistas a reprodução de seu capital a taxas de lucro extraordinárias. A acumulação de capital dá-se predominantemente sob a forma produtiva.

De acordo com Wallerstein (1984, apud Arrighi; Silver, 2001), durante as expansões do sistema-mundo ocorre a disseminação da capacidade tecnológica via imitação entre nações e empresas rivais, que procuram seguir a mesma via de desenvolvimento do bloco hegemônico, minando, paulatinamente, sua posição privilegiada nos processos mundiais de acumulação de capital. Além disso, o desenvolvimento econômico, cujos benefícios se concentram, primordialmente, no centro da economia-mundo capitalista, durante as expansões materiais, causa uma elevação furtiva da renda real das camadas trabalhadoras e dos quadros dirigentes situados na nação hegemônica, em detrimento das taxas de lucro das empresas capitalistas a ela vinculadas. Configura-se, com o tempo, uma superacumulação de capital no âmbito do comércio e da produção, de um lado, e uma diminuição do retorno sobre o capital investido nessas atividades, de outro. Arrighi faz referência a esse processo: “Enquanto uma parte desse capital excedente não era empurrada para fora [do processo produtivo e comercial], a taxa global de lucro tendia a cair, e a concorrência entre os locais e os ramos de negócios — bem como dentro de cada um deles — se intensificava” (Arrighi, 1996, p. 232).

Após certo tempo de expansão material, a superacumulação de capitais concretiza-se, isto é, a acumulação de capital é muito superior à que pode ser investida com lucro, no comércio e na produção, nas estruturas vigentes do regime de acumulação mundial. As organizações e os indivíduos capitalistas reagem a essa situação, restando, em forma líquida (monetária), uma proporção crescente de seus rendimentos, aumentando a disponibilidade de capital circulante em nível mundial. Cria-se uma massa de liquidez excessivamente

abundante. A mudança de percepção por parte dos agentes capitalistas hegemônicos faz com que o capital-mercadoria (*M*) — capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro — passe a reconverter-se em capital-dinheiro (*D*) — capital monetário. Arrighi (1996) denomina esse momento **crise sinalizadora** do ciclo sistêmico de acumulação. O capital deixa progressivamente a rigidez, a concretude, a perda de flexibilidade, em direção à liquidez, à liberdade de escolha, à flexibilidade. Quando os agentes capitalistas percebem que o comércio de moedas, a especulação e as operações de crédito, especialmente com os Estados que disputam o capital circulante, podem proporcionar maior capacidade de reprodução a seu estoque de capital, eles passam a desviar, em volumes crescentes, seus excedentes para os mercados financeiros.

Os ciclos sistêmicos de acumulação podem ser sumarizados com a utilização da formulação marxista *DMD'*: a fase de expansão material é uma fase *DM*, enquanto a fase de expansão financeira é uma fase *MD'*. Nas fases de expansão financeira, observa-se não só o deslocamento de capital da forma produtiva para a forma financeira, mas também se constata uma abreviação da fórmula *DMD'* para *DD'*: o capital passa a prescindir do processo produtivo para se reproduzir, concentrando as atividades centrais, isto é, aquelas que geram uma maior transferência de valor para seus capitais, na valorização na esfera financeira.

A fase de expansão financeira indica que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas, isto é, não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas produtivas. Um volume crescente de capital, na sua forma líquida e mais flexível, vai procurar sua valorização na esfera financeira. É um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, de surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, de reorganização do sistema-mundo sob nova liderança, durante o qual são lançadas as bases para a superação da crise financeira e para o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, com transformações nas estruturas de produção e nas formas de hegemonia política. Essa é a crise terminal de um dado ciclo sistêmico de acumulação.

O conceito de ciclo sistêmico de acumulação permitiu que Arrighi (1996) propusesse uma periodização do capitalismo histórico. Tais ciclos são identificados pelas suas potências hegemônicas, e cada um apresenta uma fase de expansão material e financeira. Para uma visualização dos ciclos sistêmicos, ver Arrighi (1996, p. 219). O primeiro ciclo é o genovês e abrange o longo século XVI, isto é, de cerca de 1450 a 1630. O segundo ciclo é o holandês, aproximadamente de 1630 a 1780. O terceiro ciclo é o britânico, alcançando o

período de 1780 a 1930. O quarto ciclo sistêmico é o norte-americano, com os Estados Unidos como potência hegemônica e tendo como primeira fase o período de 1930-45 até a década de 70. Em sua análise histórica, Arrighi (1996) identifica, na década de 70, a crise sinalizadora do ciclo norte-americano, o que indicaria que, a partir, daí o capitalismo mundial orientado pela hegemonia norte-americana estaria na sua fase de expansão financeira e de declínio do ciclo sistêmico. Sem entrar na controvérsia da análise histórica de considerar que o ciclo norte-americano está na fase descendente — ver as críticas de Fiori (1996) e Gowan (2002) —, ressalta-se apenas a contribuição do conceito de ciclo sistêmico de acumulação para a abordagem do sistema capitalista mundial e para a interpretação da história e das fases com mudanças qualitativas do capitalismo mundial.

## 6 Uma tentativa de síntese da abordagem do moderno sistema mundial

Em uma tentativa de síntese da abordagem do moderno sistema mundial, com todos os problemas de uma síntese, podem-se não só resumir as contribuições dos três autores, mas, sobretudo, destacar o encadeamento de suas contribuições. Apesar de os autores se preocuparem em fazer uma análise histórica do sistema capitalista, eles construíram um objeto de estudo e propuseram conceitos orientadores da análise que constituem a própria ontologia, no sentido de visão de mundo, da abordagem do sistema-mundo. A contribuição pioneira de Wallerstein foi a de superar a dicotomia fatores internos e externos presentes nas análises das sociedades nacionais e, da mesma forma, superar as diferenças entre capitalismo central, como autônomo, e capitalismo periférico, como dependente. A proposição de um sistema mundial baseado em uma divisão do trabalho que une as diversas atividades espalhadas, especialmente, em uma economia-mundo e uma distribuição desigual do excedente entre atividades centrais e periféricas, com concentração também diferenciada em regiões, permitiu uma análise sistêmica do capitalismo histórico. Essa proposição de analisar o desenvolvimento desigual do capitalismo através da formação de estruturas dentro do sistema baseadas na troca desigual, no monopólio gerador de lucros extraordinários e na transferência do excedente suscitou críticas de marxistas ortodoxos sobre a falta de atenção às características do modo de produção capitalista e da luta de classes como central na mudança social. Essa é a controvérsia entre marxistas ortodoxos (ou abordagem do modo de produção) e marxistas heterodoxos, ecléticos ou indisciplinados, ou mesmo



não marxistas, que formam a abordagem do sistema mundial. Essa controvérsia entre “produtivistas” e “circulacionistas” criou um rico debate, que exigiu novos conceitos e novos argumentos. As contribuições de Braudel e Arrighi reforçaram o potencial de análise e coerência da abordagem do sistema-mundo, mas não resolveram a controvérsia. Wallerstein (2001), por sua vez, argumenta que a abordagem do moderno sistema mundial é uma análise do capitalismo histórico, com suas múltiplas estruturas e relações ao longo do tempo e não mais uma teoria sobre o capitalismo como modo de produção.

Braudel contribuiu conceitualmente para a abordagem, ao destacar o caráter diferenciador do capitalismo histórico na expansão de seu domínio territorial. Ao fazer uma análise baseada em um esquema tripartido, Braudel (1995) permitiu diferentes combinações das três esferas, embora sempre sob o domínio da camada capitalista. Paralelamente à expansão horizontal da economia-mundo capitalista, houve também a integração vertical entre as esferas “capitalismo”, “economia de mercado” e “vida material”. Considera-se que essa visão de Braudel permite analisar a expansão diferenciada do grande capital monopolista para várias regiões e a sua integração com a “economia de mercado” e com a “vida material”, que estão, por sua vez, mais ligadas à cultura local do que o capital cosmopolita e flexível. O capital expandiu a economia-mundo capitalista para várias regiões, mas, longe de uma ação uniformizadora, gerou diferenças regionais tanto pela distribuição espacial de atividades centrais e periféricas quanto pelas várias formas de integração entre as três esferas. Braudel defende a idéia de que o esquema tripartido é útil para analisar o capitalismo histórico não apenas nos seus primórdios, mas também no contemporâneo.

Arrighi (1996) renovou a abordagem do moderno sistema mundial em **O Longo Século XX**. Como colocado por ele mesmo, sua análise concentrou-se na camada superior, onde “[...] o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político” (Arrighi, 1996, p. 25). Como colocado anteriormente, a expansão do capitalismo tem padrões de repetição e de evolução. Os ciclos sistêmicos de acumulação permitem entender a trajetória do capitalismo em evolução devido à passagem de um regime de acumulação comandado por uma dada aliança capital e Estado para um novo regime liderado por uma nova aliança capital e Estado, que rivaliza e contesta a hegemonia anterior. Permitem entender também os padrões recorrentes nas fases de expansão material da prosperidade dos ciclos sistêmicos de acumulação e nas fases de expansão financeira, no longo declínio do ciclo e da hegemonia. O capitalismo como sistema expandiu suas fronteiras até atingir a globalização, mas essa expansão não foi apenas em extensão, houve mudanças qualitativas. Dentro da permanente relação capitalista que dá unidade à história do longo período, houve mudanças de regime de acumulação, de políticas de hegemonia, de formas de contestação e

rivalidades, de promessas de prosperidade e de políticas para lidar com as crises cíclicas.

Por fim, uma rápida pergunta e apenas uma indicação de resposta. Por que a abordagem do sistema mundial é tão marginal, em termos de discussão acadêmica e de divulgação para o grande público, entre os programas de pesquisa que são referências para a análise do capitalismo contemporâneo e da condição periférica de algumas economias e Estados nacionais? As seções anteriores mostraram que se acredita no realismo de sua ontologia, na inovação e na consistência de seu arcabouço metodológico e teórico, na preocupação em construir conceitos para orientar a análise histórica e, principalmente, no poder analítico de suas hipóteses, o que não significa concordar com algumas de suas previsões<sup>13</sup>. A resposta pode ser que a hegemonia política, sempre presente no ciclo sistêmico de acumulação, estabeleceu também uma hegemonia acadêmica. Não cabe mais discutir a economia política do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, do centro e da periferia como unidades interdependentes de um mesmo sistema, mas, sim, receitar e adotar a política econômica da hegemonia da hora. Por isso, incentivar análises baseadas na abordagem do moderno sistema mundial é uma objetivo ambicioso.

## Referências

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.

ARRIGHI, G; SILVER, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.

BLOMSTROM, M.; HETTNE, B. **Development theory in transition**. London: Zed Books, 1985.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1985.

---

<sup>13</sup> Refere-se à previsão de fim do capitalismo contido em Wallerstein e Hopkins (1996).

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Publicado originalmente in *Annales E. S. C.*, n. 4, 1958).

BRENNER, R. The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism. **New Left Review**, n. 104, 1977.

BURKE, P. A. **Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: UNESP, 1997.

CAILLÉ, A. A dominância do mercado. In: AYMARD, M. (Org.). **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989.

FIORI, J. L. Tempo, dinheiro e poder. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9, maio 1996. *Jornal de Resenhas* (especial).

GOLDFRANK, W. L. Paradigm regained? The rules of Wallerstein's world-system method. **Journal of World-Systems Research**, v. 6, n. 2, p. 150-195, Summer/Fall 2000.

GOWAN, P. After America? **New Left Review**, n. 13, Jan/Feb 2002.

KAY, C. **Latin American theories of development and underdevelopment**. London; New York: Routledge, 1989.

LARRAIN, J. **Theories of development**. Cambridge, UK: Polity Press, 1989.

LOPES, A. L. (Org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ; Buenos Aires: Vozes; CLACSO, 2000.

PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? **World Development**, v. 6, n. 7/8, 1978.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REIS, J. C. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROCHA, A. P. Tempo histórico e civilização. In: Lopes (2003). ROJAS, C. A. A. **Tempo, Duração e Civilização: percursos braudelianos**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROJAS, C. A. A. **Tempo, duração e civilização: percursos braudelianos**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, T. **A Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHUMPETER, J. (1911). **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

WALLERSTEIN, I. **The essential Wallerstein**. New York: New York Press, 2000.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**: la agricultura capitalista y los origins de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno, 1979. v. 1.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial II**: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750. México: Siglo Veintiuno, 1984. v. 2.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial III**: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. México: Siglo Veintiuno, 1998. v. 3.

WALLERSTEIN, I. Periphery. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **The New Palgrave**: The world of economics. London: Macmillan, 1987.

WALLERSTEIN, I. **Unthinking social science**: the limits of nineteenth-century paradigms. Cambridge: Polity, 1991.

WALLERSTEIN, I.; HOPKINS, T. K. **The age of transition**: trajectory of the world-system, 1945-2025. London: Hardcover, 1996.